

GRUPOS EDUCACIONAIS DE CAPITAL ABERTO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO E OLIGOPOLIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Emanuelle Lourenço do Nascimento - UFRN
emanuelleln@gmail.com

Maria Goretti Cabral Barbalho - UFRN
goretti_cabral@yahoo.com.br

Introdução

O trabalho objetiva discutir as repercussões da atuação de grupos educacionais de capital aberto no ensino superior privado, como um dos efeitos do fenômeno de financeirização. Avalia-se que a ausência de regulação das operações de empresas educacionais possibilita a conformação de oligopólios do ensino superior privado, com o potencial de controle de outros níveis de ensino. O texto constitui-se de uma revisão bibliográfica, ancorado nas produções de Carvalho (2013), Instituto Tricontinental (2020), Dowbor (2017), Silva e Soares (2019), Hoper Educação (2020) e CM consultoria (2015).

Financeirização e oligopolização da educação superior

Na década de 1990, o novo marco legal do ensino superior, instituído pela Lei no 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), segmentou as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas em IES sem fins lucrativos – livres da cobrança de impostos e passíveis de acessar as verbas públicas destinadas a esse nível de ensino – e as IES com fins lucrativos – sujeitas ao recolhimento dos impostos, com conseqüente redução dos lucros. Desvantagem que é compensada pela possibilidade de estas acessarem o sistema bancário e financeiro, fator que alavancou o crescimento das IES lucrativas (CARVALHO, 2013).

As IES com fins lucrativos se favorecem do modelo de regulação do ensino superior privado por meio da financeirização, fenômeno que data da década de 1970, configurando um novo regime de acumulação financeira que, no ensino superior aprofunda a tendência de mercantilização da educação, pois além de comercializar serviços, as empresas educacionais também obtêm lucros através da especulação financeira. Para isso, as IES passam a operar com o aporte de recursos por meio dos fundos *private equity* (fundos que aportam capital em empresas para ajudá-las a abrir capital, fundir-se ou serem adquiridas por outras empresas de maior porte) e das ações na Bolsa de Valores.

Os grupos de ensino superior brasileiros de capital aberto são: a Kroton Educacional S.A. (Cogna Educação), a Yduqs Participações S.A., a Ser Educacional S.A. e Ânima Holding S.A. A inserção dessas empresas na Bolsa de Valores brasileira, a B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) termina por pulverizar⁶¹ a propriedade, atribuindo o seu domínio a diferentes investidores (nacionais e estrangeiros), bem como o controle com fundos de investimento orientando a gestão dessas IES e suas estratégias de negócios (TRICONTINENTAL, 2020).

As empresas de capital aberto não possuem um proprietário individual determinado, seus títulos de ações pertencem a diferentes investidores, tanto pessoas físicas quanto instituições financeiras, de modo que é difícil atribuir a responsabilidade jurídica por possíveis atos ilícitos. Levando em consideração que boa parte desses grupos são proprietários de outras empresas, ou seja, *holdings* (“empresas-mãe”) com diferentes subsidiárias, essa situação é ainda mais complexa do ponto de vista legal e de gestão, com sensíveis implicações para a educação. Assim, o corpo administrativo desses grupos, composto por executivos e técnicos, são figuras públicas que representam a companhia sem, entretanto, personificar todo o conjunto dos seus proprietários (TRICONTINENTAL, 2020).

Os grupos educacionais de capital aberto avaliam o seu sucesso de acordo com os resultados financeiros, “não só porque esta é a lógica dominante da empresa, mas porque é o único que conseguem medir, e porque é o principal instrumento de poder” (DOWBOR, 2017, p. 70). O retorno de dividendos aos investidores é a premissa da atuação das IES privadas em contraponto às atividades e objetivos educacionais. Caso essas IES não entreguem os resultados esperados ou seus papéis sofram depreciação, os investidores podem rapidamente se desfazer de ações, com consequências para as instituições de ensino, estudantes, professores e funcionários. A qualidade da educação ofertada também está, portanto, refém das diretrizes do mercado de capitais.

Logo, enquanto decorre a precarização da educação – configurada por professores explorados, cursos aligeirados, práticas pedagógicas medianas e estudantes endividados com as mensalidades – as diretorias dos grupos educacionais de capital aberto enriquecem, recebendo altas remunerações anuais. Segundo o Instituto Tricontinental (2020), no ano de 2019, a remuneração anual para 5 membros das diretorias da Kroton (Cogna), da Yduqs e da Ser foi, respectivamente, de R\$ 40 milhões, R\$ 381 mil, R\$ 472 mil e para 4 membros da Ânima de R\$ 347 mil.

⁶¹ Ver Instituto Tricontinental (2020).

A ausência de regulação do Estado também permitiu a conformação de verdadeiros “tubarões” do ensino superior privado, tornando-os, também, beneficiários de programas de foro estatal, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) – que garante a isenção do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e de três contribuições: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) (CARVALHO, 2013) – e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que permitiu a ampliação do número de matrículas dessas IES, além de contribuir com o processo de especulação financeira, afinal a solidez destes programas sinalizava segurança ao mercado financeiro, potencializando o investimento em grupos de ensino superior privados (SILVA; SOARES, 2019).

De acordo com a consultoria Hoper Educação (2020), no ano de 2018 os quatro grupos educacionais de capital aberto contabilizavam 1.547.294 matrículas (presenciais e a distância) e cerca de 24,3% do mercado do ensino superior privado. Essas empresas atuam como oligopólios do ensino superior privado: concentram uma parcela significativa do setor. O gigantismo dos grupos de capital aberto se justifica também pelas fusões e aquisições de IES menores, sobretudo a partir de 2007, que promoveram a concentração das IES em um número pequeno de grandes empresas (CM CONSULTORIA, 2015).

Na atualidade, algumas das empresas de capital aberto estão expandindo as suas atividades além do ensino superior. Assim, desde 2018, a Yduqs destina espaços vazios de *campi* da Estácio no Rio de Janeiro para ofertar aulas para estudantes de ensino médio, e pretende expandir sua atuação para a educação infantil e ensino fundamental. A Cogna, por sua vez, possui diferentes subsidiárias com atuação na educação básica, são elas a Saber, a Vasta e a Somos Educação.

Considerações finais

A financeirização da educação superior amplia os ganhos da diretoria dos grupos educacionais de capital aberto, os quais nessa nova fase de mercantilização da educação superior são remunerados não só em função dos serviços educacionais ofertados, mas também das operações no mercado de ações. As IES privadas deixam de atuar tão somente como instituições educacionais, pautando-se, então, na lógica de uma corporação, para a qual a remuneração dos seus acionistas é a prerrogativa de seu funcionamento.

Assim, a ausência de regulação estatal e a existência de programas que contribuem com o crescimento dos grupos educacionais, produzem a conformação de oligopólios do ensino

superior. Esses grupos também atuam em outros níveis de ensino, em especial a educação básica, com a possibilidade de incremento do seu controle do ensino privado no Brasil.

Referências

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 761-776, jul./set. 2013.

CM CONSULTORIA. *Fusões e aquisições no ensino superior brasileiro - Volume de negócios e histórico - 2007-2015*. maio, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4944533/mod_resource/content/1/Relat%C3%B3rio%20Fus%C3%B5es%20de%20IES.pdf. Acesso em: 16 mar. 2021.

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?* São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

HOPER EDUCAÇÃO. *Infográfico “CENÁRIO MERCADOLÓGICO EDUCACIONAL BRASIL - 2020”*. 2020. Disponível em: <https://www.hoper.com.br/infograficos>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SILVA, Máira Teixeira; SOARES, Felipe Furini. *Educação na Bolsa de Valores: O FIES e o ensino superior privado*. FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 1-18, 2019.

TRICONTINENTAL, Instituto. *Cartilha - A educação brasileira na bolsa de valores: as oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional*. Observatório da Financeirização, 2020. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/brasil/cartilha-a-educacao-brasileira-na-bolsa-de-valores/>. Acesso em: 16 mar. 2021.